

## **DE UM TOM APOCALÍPTICO ADOTADO HÁ POUCO NA DEMOCRACIA**

A longa e múltipla história das relações entre literatura e democracia vem esboçando um novo e tenso capítulo nos últimos anos. Se for verdade que ambas partilham uma confiança pela potência da linguagem para a constituição de formas de interação não excludentes entre diferentes sujeitos e discursos, tal fundamento defronta-se atualmente com um cenário nacional e global descrito frequentemente como colapso ou desastre (seja em rompimento com o estado anterior ou como consequência e exponencialização dele).

A profusão de eleições recentes de grupos e governos caracterizados por discursos autoritários e violentos, expressos dentro de uma retórica cínica (no sentido oferecido por Peter Sloterdijk), fazem com que o ódio à democracia descrito por Jacques Rancière conforme-se agora numa democracia do ódio. Assim, atos de censura são promovidos em nome do direito à liberdade de expressão; o descarte de políticas institucionais voltadas aos indígenas, negros, mulheres, LGBTQI+, justificado por uma suposta igualdade já garantida pela lei; a distorção apresentada como restauração da historiografia; a vigilância sobre professores e alunos como requerimento para evitar a “doutrinação institucional”; e protestos autorizados apenas enquanto passeatas pela preservação da ordem. O próprio ensino de artes e humanidades em escolas e universidades passa a ser visto como uma atividade suspeita e antidemocrática.

Nesse cenário, a situação de enunciação aparece condicionada pela rápida hegemonia estabelecida por novos dispositivos técnicos de produção, mediação e distribuição dos discursos – de aplicativos e redes sociais a drones, de algoritmos digitais ao uso extensivo de depoimentos

que são “cortinas de fumaça”. É sintomático que toda uma outra tropologia textual seja exigida para descrever tais fenômenos, expressos em conceitos como *fake news* ou pós-verdade.

Com isso, instâncias caras ao fazer literário, tais como a ficção, a performatividade, os modos de produção do sensível e a economia dos afetos, aparecem diretamente abaladas ou influenciadas pelo surgimento dessas formas inéditas de interação entre linguagem e política.

Sob uma ótica complementar, o período contemporâneo viu não apenas novas manifestações de defesa da democracia, mas também a percepção da necessidade de sua reinvenção e urgente abrangência. Assim, às séries de lutas históricas pelo estabelecimento daquilo que é da dimensão do comum, pela sobrevivência das culturas desviantes e pelo reconhecimento de seus modos de existência, vincula-se agora a necessidade do papel de agências não humanas no enfrentamento de questões em escala descomunal. A massiva destruição ambiental em andamento, o surgimento dos chamados hiperobjetos ou a economia capitalista em escala global tornam urgente a criação de perspectivas que ultrapassem os modelos antropocêntricos e teológicos de governabilidade e comunidade. Nesse ponto, os elos e tensões entre literatura e democracia reafirmam sua pertinência, desta vez implicados na possibilidade mesma de que haja um porvir.

O presente dossiê da *Remate de Males* reúne artigos que debatem esses temas e contribuem para a compreensão do estado do presente, repensando o papel das artes e das instituições a elas associadas, traçando genealogias do contemporâneo, analisando a produção cultural recente e reafirmando a pertinência de obras do passado, entre outros assuntos que envolvam os fins e a finalidade da democracia e da literatura frente a um tempo que se impõe de maneira tão violenta.

Abrindo o dossiê, o artigo “O partido dos intelectuais”, de Jonnefer Barbosa, parte de um texto de Pier Paolo Pasolini para fazer um diagnóstico sobre a profissionalização da esquerda brasileira dentro dos campos do neocapitalismo intelectual. Mobilizando discussões com Giorgio Agamben e Fritz Ringer, Barbosa interpreta as agruras do atual mandarinato como parte do pano de fundo escravocrata que marca a história nacional. Nesse sentido, o autor propõe o combate a uma estrutura intelectual, cujo modelo remete a Joaquim Nabuco, em que a desvinculação com as classes populares aparece como condição para as incursões nas esferas de debate público.

A exigência de uma radiografia dos mecanismos que se entrincheiraram no discurso crítico pode também ser vista no texto “O fascismo é um meme? O tosco enquanto *performance* política na era digital”. Acauam Oliveira focaliza a constituição e consolidação da intelectualidade conservadora, que tenta, simultaneamente, constituir um arsenal cultural próprio e recorrer a novos modelos de mobilização, assédio e intromissão propiciados pelas redes sociais: o *troll*, o *meme*, a “zueira”, as *fake news* etc. Dessa mistura, resulta aquilo que o autor denomina como a expressão “tosca” da violência contemporânea. Como contraponto, o artigo traz leituras de obras contemporâneas – em especial, do filme *Bacurau* – como modo para desarmar esses mecanismos da direita contemporânea.

Lucas Bandeira de Melo estende o diálogo com a produção literária nacional recente a partir de uma análise dos romances de Fernando Bonassi. Em seu artigo, os livros *Subúrbio* e *Luxúria* são apresentados como retratos do apocalipse da classe trabalhadora no Brasil neoliberal pós-redemocratização. Assim, o autor se vale dos escritos de Antonio Negri e Michael Hardt para reconhecer nas narrativas de Bonasse quatro categorias que marcam a subjetividade contemporânea: o *endividado*, o *mediatizado*, o *securitizado* e o *representado*. Nisso, aponta para as contribuições e os limites da obra do escritor paulistano, especialmente no que concerne a sua eficácia ficcional.

Também em diálogo com a noção de “apocalipse”, o ensaio de Carla Rodrigues revisita os diagnósticos sobre os anúncios do “fim da democracia”, mostrando as contribuições críticas de Judith Butler e Jacques Derrida sobre o tema. Assim, tomando Guantánamo e o 11 de setembro como novos paradigmas do estado de exceção, “A morte e a morte das democracias ocidentais” mostra como a defesa irrestrita da democracia desde o início do século XXI converteu-se em dispositivo no qual o maior perigo político não é a morte de uma forma de governabilidade anunciada como justa e acabada, mas o constante estado de manutenção e emergência do Estado e do Capital, que se alimenta de demonstrações programáticas de ineficácia e fracasso do próprio sistema.

Em consonância com a afirmação da incalculabilidade da experiência democrática, de seu permanente porvir, os *spoken words* apresentados pelo estudo de Lígia Winter criam estratégias para desarmar a ordem policial, ao fazê-la “errar a conta”. Assim, as leituras realizadas pela autora dos depoimentos e dos poemas-*performances* de Estrela D’Alva, WJ, Maria Preta, Igor Chico e outros mostram um leque de estratégias que

buscam dar visibilidade ao povo, em um “tudo ou nada” que se contrapõe ao crescente cerceamento das partes – especialmente dos que não têm parte – na geografia sociossimbólica brasileira.

O esforço da aprendizagem com formas de vidas sobreviventes às margens também é apresentado no texto-relato de Fabiana Carneiro da Silva. A partir da sua experiência com oficinas de escrita literária com mulheres de comunidades quilombolas do sul da Bahia, a autora desenvolve uma reflexão que retoma o conceito de “escrivência” de Conceição Evaristo em contraposição ao “mundo da morte” (Achille Mbembe) que se buscou impor à diáspora africana no Brasil e em outras partes do globo. Com isso, o artigo convoca a abertura para a produção de uma pedagogia outra, contra-hegemônica, baseada em aspectos narrativos e comunitários propiciados por culturas de resistência afrodescendentes.

No artigo “Andujar e a captura do corpo”, que se insere no contexto dos últimos anos – em que os modos de atuação e combate das comunidades indígenas têm provocado uma série de meditações sobre o fazer político no período pós-ditatorial brasileiro e latino-americano – Sabrina Alvernaz analisa as fotografias dos Yanomamis captadas pela câmera da artista suíça-brasileira. Nessas séries, os jogos de luz e sombra, as borras, os efeitos de movimento e distorção surgem como formas de imaginar os conflitos que atravessam essa cultura ameríndia, a qual se estende inclusive a outros mundos, por vias abertas através de rituais xamânicos.

A ritualística experimental como modalidade de política também pode ser vislumbrada na obra de Flávio de Carvalho. O confronto direto com o tabu, o consenso e os valores estabelecidos – encarnados por vezes em turbas indignadas e raivosas – fez desse artista um caso particular na história das artes brasileiras. Ou, ainda, um caso que o trabalho historiográfico com muita dificuldade consegue registrar e situar. Encerrando o dossiê, o artigo de Marcelo Moreschi fornece uma cuidadosa apresentação dessa trajetória, investigando e questionando, entre outras coisas, o aberto desprezo que o autor de *Experiência nº 2* alimentava pela noção de democracia em seus escritos. Um posicionamento que, se Moreschi evita tomar como exemplar, permite no entanto traçar linhas de comparação e esclarecimento entre o tempo de Flavio de Carvalho e o nosso.

Complementando o dossiê, a seção Documentos conta com a tradução do texto “Leitura paranoica e leitura reparadora, ou, você é tão paranoico que provavelmente pensa que este ensaio é sobre você”, de Eve Kosofsky

Sedgwick, em que o tema é o confronto de dois modos de leitura – de um lado a leitura paranoica, o imperativo categórico da “hermenêutica da suspeita”, nos termos de Paul Ricoeur, e de outro uma leitura reparadora mobilizada por meio das teorias psicanalíticas de Melanie Klein. Escrito em 2002, o texto reflete acerca das teorias conspiratórias e seu parentesco com os atributos principais da crítica literária, atualizando-se no nosso momento presente como uma potente contribuição diante de um regime de significação que parece prescindir de qualquer relação de referencialidade.

Com esse conjunto de artigos, este dossiê espera contribuir não apenas para um melhor entendimento das relações e tensões entre literatura e democracia, mas também justificar a importância da pesquisa acadêmica para a construção de formas de vida social mais justas. Em um momento em que as universidades e outras instituições de produção de saber se veem atacadas não só por violências policiais-estatais ou por grupos civis de franco teor autoritário, mas também por mecanismos de deslegitimação maciços rotacionados por algoritmos, redes de *fake news* e outras formas de obscurantismo, qualquer gesto que demonstre a força e a importância das chamadas “humanidades” e de outros setores de conhecimento é, certamente, fonte de resistência contra o pior dos mundos possíveis.

Marcos Natali (Teoria Literária, USP)

Mariana Ruggieri (Unicamp – pós-doutorado)

Tiago Guilherme Pinheiro (Unicamp – pós-doutorado)